

Educação para as Relações Étnico-Raciais: os entraves, as perspectivas e a inclusão dessa discussão numa sociedade meritocrática.

Educación para las Relaciones Étnico-Raciales en la Escuela Secundaria: los obstáculos, perspectivas e inclusión de esta discusión en una sociedad meritocrática.

Education for Ethnic-Racial Relations: obstacles, perspectives and the inclusion of this discussion in a meritocratic society.

Aline Soares de Soares¹
Luciana Nobre Nunes²
Jefferson Marçal da Rocha³

Resumo

Este artigo foi produzido durante as atividades do Mestrado Profissional em Educação- PPGEdu, campus Jaguarão/RS, tendo como objetivo fazer reflexões acerca das Relações Étnico-raciais, bem como trazer uma discussão sobre os entraves, as perspectivas e a inclusão deste tema nas práticas formativas dos docentes, como metodologia foi utilizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas: relações Étnico-raciais e inclusão, bem como as discussões elencadas em sala de aula do PPGEdu. Os resultados demonstram que há ainda muitas dificuldades de implementação da Lei 10639/03, os entraves desta implementação e memo da temática nas escolas, se deve a uma formação social permeada pela ideologia da meritocracia, tão em voga nos tempos ultraliberais que vivemos.

Palavras-Chave: Educação; Étnico-raciais; inclusão.

Resumen

Este artículo fue elaborado durante las actividades de la Maestría Profesional en Educación - PPGEdu, campus Jaguarão/RS, con el objetivo de reflexionar sobre las Relaciones Étnico-raciales, además de traer una discusión sobre obstáculos, perspectivas e inclusión en una sociedad meritocrática. como metodología se utilizó una investigación bibliográfica sobre los temas: relaciones étnico-raciales e inclusión, así como las discusiones enumeradas en la sala, no se evidenciaron los resultados, por ser una investigación de maestría en curso. El artículo también destaca las dificultades de implementación de la Ley 10.639/03 y los obstáculos que dicha implementación trae para el trabajo sobre el tema en la escuela, además de explicar cómo implementar efectivamente estos temas en una sociedad permeada por la ideología del meritocracia.

Palabras-clave: Educación; Étnico-racial; inclusión.

¹ Professora Especialista em Gestão, teoria e prática docente e Supervisão Escolar; Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil; e-mail: alinesds.aluno@unipampa.edu.br.

² Professora Pedagoga, Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, RS, Brasil; e-mail: luciananobe.aluno@unipampa.edu.br professora de Letras/Português, especialista em Ensino e práticas de Letras; AEE e Psicomotricidade; Psicopedagogia clínica e institucional.

³ Professor, Doutor do Programa de Mestrado Profissional em Educação, campus Jaguarão, Unipampa. e-mail: jeffersonrocha@unipampa.edu.br

Abstract

This article was produced during the activities of the Professional Master's Degree in Education - PPGEdu, Jaguarão/RS campus, with the objective of reflecting on Ethnic-racial Relations, as well as bringing a discussion on the obstacles, perspectives and inclusion in a meritocratic society. As a methodology, a bibliographical research on the themes: Ethnic-racial relations and inclusion was used, as well as the discussions listed in the classroom, the results were not evidenced, as it is an ongoing master's research. The article also raises the difficulties of implementing Law 10639/03 and the obstacles that this implementation brings to the work of the theme in the school, in addition to putting forward how to effectively bring these themes into a society that is permeated by the ideology of meritocracy.

Keywords: Education; Ethnic-racial; inclusion.

1. Introdução

Ao discutir a temática das relações étnico-raciais, é importante levar em consideração que as práticas educativas, tanto nas escolas como em outros espaços educativos, precisam ainda passar por profundas transformações quando se refere a incorporação de temas como este; assim este artigo além de trazer a importância desse tema para a educação, coloca também o tema da meritocracia e as dificuldades que os estudantes tem em concluir a última etapa da educação básica o ensino médio.

Parte do pressuposto que há uma necessidade latente de se discutir a inclusão, e dentro da temática a questão racial é uma das mais importantes, por promover um debate da inclusão em contexto de reparação histórica com grupos étnicos injustiçados na trajetória histórica da humanidade-

Ainda o artigo traz uma conceituação que é muito discutida na atualidade que é a diferença de igualdade e equidade, colocando através da ilustração essa diferença, frisando que as discussões no campo das relações étnico-raciais, apesar de todas as conquistas e políticas públicas até o momento ainda perpassam por questões de equidade, isso pode ser comprovado por diferentes pesquisas sobre o espaço do negro na sociedade brasileira, bem como também no mercado de trabalho.

Dito isto este texto está dividido em cinco partes, sendo a primeira esta introdução, a segunda a educação étnico-racial e a sua importância, na terceira parte as relações étnico-raciais e sua ligação com a ideologia da meritocracia, na quarta parte traz a inclusão e sua importância dentro da temática étnico-racial e para encerrar as considerações finais fazem um

importante fechamento e fazendo as ligações com a dificuldade de implementação da lei 10639/03.

1. Educação para as Relações Étnico-raciais e a importância da discussão.

A educação é um tema em disputa política entre grupos sociais que percebem a sociedade de diferentes maneiras, aqui consideramos, entre outros fatores, que ela é uma das engrenagens essenciais para as mudanças na sociedade. Dessa forma torna-se responsabilidade das instituições de educação e dos professores, promover estratégias para os educandos em que os princípios democráticos sejam parte de uma construção de valores, práticas e condutas humanizadoras e libertárias (bel hooks,2017).

Quando se trata do tema das relações étnico-raciais na educação vivemos uma dicotomia entre o avanço nos aspectos legais e o conservadorismo nas práticas, tanto nas políticas das instituições de ensino como para as práticas pedagógicas, assim sucessivas gerações vêm se valendo desse conservadorismo, e de um silêncio constrangedor e reproduzindo valores e representações racistas.

Por meio da colocação de Araújo e Moraes (2013 p.5), é possível evidenciar a forma como as instituições de ensino buscam através de práticas desatualizadas continuar reproduzindo uma educação que não constrói valores e as condutas antirracistas nos educandos:

A escola, quando analisa o passado de um povo, tendo por base apenas os preceitos dos seus algozes, ou quando trabalha de forma acrítica acerca das informações sobre a real formação deste, é o mesmo que silenciar diante do estado de ignorância em que se encontra a maioria dos educandos acerca das diferentes culturas estigmatizadas e consideradas inferiores. (ARAÚJO E MORAIS, 2013 p. 5).

Dessa forma fica explicada a dificuldade de muitos negros, de modo geral, se reconhecerem e se assumirem como afrodescendentes. É possível evidenciar também as dificuldades de muitos professores e estudantes que às vezes se negam a discutir questões históricas e culturais que lhe são apresentadas na busca da valorização da história e da cultura afrobrasileira e africana, demonstrando a dificuldade de construir uma identidade negra e um orgulho de pertencimento pela ancestralidade africana.

Entre outras questões que envolvem o estudo das relações étnicas raciais na educação, se faz necessário trazer para as discussões o racismo, este termo que tem feito parte do cotidiano de muitas pessoas, de diferentes lugares do mundo. Após a pandemia da COVID 19, entre 2020 e 2022 em que as expectativas seriam de uma sociedade mais humanizada, pois os impasses e dificuldades vividos por todos poderiam levarmos a novos padrões de civilização; ao contrário o que percebemos foi, em diferentes lugares do mundo, casos de racismo que ganharam grande repercussão através da mídia, por quais motivos ainda não sabemos ao certo, mas essa repercussão fez reacender as discussões de um tema que muitas vezes é silenciado por toda a sociedade, os negros ainda são “desumanizados” por grupos racistas.

Através de Munanga (2003), quando conceituou racismo na palestra do 3º Seminário Internacional Relações Raciais e Educação podemos entender melhor o termo:

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2003, p.7-8).

O termo racismo colocado por Munanga, deixa claro que racismo é utilizado para acentuar uma divisão humana de pessoas que possuem características comuns, físicas e ou hereditárias, colocando esses grupos em vantagem ou desvantagem na sociedade, construída com princípios elitistas e ou protofascistas⁴, o que se evidencia preconceitos nas diversas regiões do mundo

Partindo dessa perspectiva do autor supracitado, perguntamos o que a educação está fazendo para desmistificar essas situações de racismo? E quem sabe evitá-las? Ou ao menos orientando nossos alunos de como proceder em situações constrangedoras? O que já sabemos é que chegamos na década de 2020, e ainda temos uma

⁴ É um termo utilizado para descrever um conjunto de ideologias e movimentos políticos que surgiram no início do século xx.

educação carregada de ideologias e de práticas que não cabem mais a uma sociedade de anseia por igualdade e justiça (humanidade).

Na obra *O que é lugar de fala* (2017), de Djamila Ribeiro ela faz referência ao modo como o tema é tratado de forma inadequada ainda e sem relevância pela sociedade ela diz:

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí está se confrontando poder. (RIBEIRO, 2017, p.79).

Ou seja, a relevância do tema é enaltecida pela autora no momento que ela coloca que este ainda é tratado como “mimimi”, algo sem importância, e na consciência do que significa superar a hegemonia ou superioridade de uma raça sobre a outra. Tendo em vista essas colocações e todo o processo que envolve a desconstrução de ideias inadequadas e retóricas com relação a temáticas das relações étnicos raciais na sociedade bem como também na escola, propusemos discutir perspectivas na busca por estratégias educativas que transmitam a nossas alunas e alunos temáticas sobre equidade racial tanto na escola e, por conseguinte na sociedade que em vivem.

Se pensarmos que desde 2003 temos a lei 10639/03 que vigora, mas esbarra em outros muitos problemas para sua implementação como, por exemplo, desconhecimento diante do trato pedagógico da diversidade étnico - racial por parte de professores e equipes que coordenam as escolas; consideramos que é necessária uma mobilização efetiva de toda a sociedade, para que se garanta o direito à diversidade na escola, que possamos efetivamente garantir mudanças nos currículos, nos projetos políticos-pedagógicos, na formação de professores e nas políticas educacionais; é importante que se construa através de estruturas educativas espaços que permitam a reflexão e que se avance não só no cumprimento da Lei, mas também em ações concretas antirracistas.

Há evidências que ainda se negligência o tratamento de alguns temas, em quase todos os espaços da sociedade, mas acreditamos que será na escola, como a instituição mais importante da configuração civilizatória que a equidade racial terá que ser efetivamente tratada.

1.2 AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E A MERITOCRACIA

Discutir as relações étnico-raciais perpassa por questões históricas que a sociedade viveu ao longo dos séculos, principalmente após a luta pela liberdade de pessoas escravizadas.

As questões de Direitos Humanos vêm sendo discutidas desde o final da Segunda Guerra Mundial em várias Conferência das Nações Unidas, mas ainda não se tem avançado muito especialmente nas questões étnicas e de gênero. Em relatório recente da Anistia Internacional no ano de 2023, no Brasil se registrou 3,4 milhões de possíveis violações dos direitos humanos, este relatório ainda traz o Brasil “continua a ter um dos maiores níveis de desigualdade do mundo”, o que segundo esses dados afetam principalmente negros, mulheres e pessoas trans (Brasil, 2023).

É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira, por que não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem os recém-libertados, o que se efetivamente aconteceu (CARNEIRO,2011, p. 15).

Ainda é possível refletir:

Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos. (CARNEIRO, 2011, p.15).

A partir da citação acima se evidencia que as reflexões em relação a questão racial no Brasil, perpassa por questões incontestáveis de violação dos direitos humanos, e ainda com dados sobre essa violação do ano de 2023 deixam essas colocações muito óbvias na medida que se delineiam estudos sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

Governos brasileiros em algum momento acreditaram que havia um problema racial no Brasil, o primeiro deles foi Fernando Henrique Cardoso que acreditava ser necessário enfrentar esse problema com audácia política. (CARNEIRO, 2011, p.19).

Após esse governo na próxima gestão o presidente Luís Inácio Lula da Silva, acrescentou e deu continuidade a um importante documento o “Brasil sem racismo” que tinha o compromisso com a erradicação das desigualdades raciais. Onde entre atos principais desse governo esteve um número expressivo de pessoas negras ocupando postos de primeiro escalão

do governo e isso sinalizava para políticas de reconhecimento e inclusão de negros em instância de poder.

Algumas definições são importantes de serem colocadas para que se entendam questões de desigualdade que permeiam os espaços sociais atualmente, é necessário portanto, que se conceitue racismo e principalmente outros termos que estão ligados a este que também são de extrema importância.

2. A inclusão nas relações Étnico- raciais

O tema inclusão nos dias atuais faz parte da discussões na maioria das instituições de ensino, porém é necessário fazer uma análise mais profunda a cerca desse tema, pois quando falamos de inclusão não falamos apenas de Pessoas com Deficiência e sim de todas as pessoas, pois a inclusão visa garantir que todas as pessoas tenham as mesmas chances, valor e respeito, independente de suas diferenças, crenças ou deficiência, dessa forma deve-se pensar inclusão atrelada à equidade visando dar acesso, direitos e chances a todos, vejamos uma imagem que ilustra esse conceito.



Fonte: <https://playmove.com.br/equidade-e-acessibilidade-na-educacao/>

Em 1990 a Lei 8.069 dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), salientando em sua redação a proteção integral a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação, independente da situação familiar, do sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento ou aprendizagem ou qualquer outra condição que diferencie as pessoas com quem convive. Por

desenvolvimento integral, a lei compreende as questões de ordem: física, mental, moral, espiritual e social (Art. 3º).

A inclusão nas relações étnico-raciais é um tema fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Políticas e ações que promovam a inclusão busca garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica ou racial, de gênero, de credo ou forma de existência, tenham acesso a direitos, oportunidades e respeito, promovendo a diversidade como um valor importante nas interações sociais, nesse aspecto a escola tem papel fundamental para garantir essa inclusão. Contudo, vale salientar que as diferentes formas de existência não podem ser confundidas com “direto” de ser preconceituoso, ou misógino, ou racista, em outras palavras todos aqueles que acham que tem o direito de exercerem seus preconceitos devem ser combatidos, não há espaços para posturas fascistas, em nenhum ambiente sociável.

Destacam-se aqui alguns pontos que se consideram importantes sobre a inclusão nas relações étnico-raciais:

1. Reconhecimento da Diversidade: É essencial reconhecer e valorizar as diferentes culturas, tradições e histórias dos grupos étnicos. Isso inclui a promoção de uma educação que aborde a diversidade racial e étnica, ajudando a combater preconceitos e estereótipos.

2. Direitos Humanos: A inclusão é uma questão de direitos humanos. Todos têm direito à dignidade, ao respeito e à igualdade de oportunidades, independentemente de sua raça ou etnia. Isso deve ser refletido nas políticas públicas, na legislação e nas práticas sociais.

3. Políticas Afirmativas: Medidas como cotas em universidades e programas de emprego podem ser efetivas para corrigir desigualdades históricas e garantir que grupos marginalizados tenham acesso a oportunidades que antes eram restritas.

4. Combate ao Racismo e à Discriminação: É vital que haja um esforço contínuo para combater o racismo estrutural e a discriminação. Isso envolve educação, conscientização e, muitas vezes, intervenções diretas em instituições e práticas que perpetuam a desigualdade.

5. Participação e Representatividade: A inclusão deve garantir que os grupos étnico-raciais tenham voz nas decisões que afetam suas vidas. Isso significa promover

a participação comunitária e a representatividade em espaços políticos, econômicos e sociais.

6. Fomento ao Diálogo: O diálogo entre diferentes grupos étnico-raciais pode promover a empatia e a compreensão mútua. Iniciativas que incentivam a troca de experiências e a construção conjunta de soluções podem contribuir para a inclusão.

7. Educação e Sensibilização: Programas educacionais que abordam a temática étnico-racial desde a infância podem desempenhar um papel crucial na formação de uma sociedade mais inclusiva e menos preconceituosa.

A inclusão nas relações étnico-raciais não é apenas um objetivo social, mas uma necessidade para a construção de uma sociedade em que todos possam prosperar em igualdade de condições. É um processo contínuo que requer empenho coletivo e a reflexão sobre nossas próprias atitudes e comportamentos.

Freire (2011) enfatiza a importância de um diálogo entre professor e aluno, que representa uma libertação por parte dos sujeitos. “Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2011, p. 93), esse diálogo reflexivo ao qual Freire trata, é a base para transformar as sociedades, a escola e as relações.

3. Considerações Finais

Ao concluirmos as reflexões trazidas neste artigo, é importante enfatizar que discutir as relações étnico-raciais, traz em sua essência questões que não podem deixar de serem enfatizadas como as dificuldades de implementação da Lei 10639/03, também a necessidade de trabalhar o tema da inclusão para além dos PCDs, pois ainda o tema fica muito restrito a essa área, e ele pode ir muito além dessa discussão trazendo outras vertentes como a equidade racial.

O que move esta pesquisa ainda em andamento é acreditar que as mudanças podem ser implementadas e que a educação exerce um papel primordial nesta implementação, não podemos através de nossas práticas como professores continuar reproduzindo essas ideias equivocadas e muitas vezes carregadas de ideologias que não cabe mais numa sociedade que pede socorro frente a tantos problemas existentes, superar situações de racismo seria com certeza o primeiro passo para que a sociedade

de uma forma geral possa além de recuperar a dívida histórica com nossos antepassados, aprender também a valorizar o ser humano pelas suas contribuições enquanto seres produtores de história.

Referências

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; MORAIS, Rossival Sampaio. **Ressignificando a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira na escola**. Artíficos, v. 3, n. 6, p. 05, dez., 2013.

BRASIL, Anistia Internacional. 2023, disponível em <https://anistia.org.br/informe-anual/relatorio-de-atividades-2022-23-anistia-internacional-brasil/> acesso em 14 out. 2024.

BRASIL, Lei 8 069: Estatuto da criança e do adolescente, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm acesso em 14. out. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rev. e atual: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. - 2ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.112p.